

Dino estende prazo para CGU apresentar dados sobre emendas parlamentares

O ministro Flávio Dino, do [Supremo Tribunal Federal](#), deu até o dia 11 de novembro para a Controladoria-Geral da União apresentar uma auditoria sobre repasses de emendas parlamentares entre 2020 e 2024.

A decisão foi dada em duas ações que tratam de todas as modalidades de emendas, como as chamadas “emendas pix”, as emendas de comissão, as impositivas, as de bancada e as de relator, conhecidas como “orçamento secreto”.

O ministro atendeu a pedidos feitos pela União, que argumentou que os dados estão em fase de consolidação final. Dino afirmou que a CGU tem se mostrado “diligente” em cumprir as decisões do STF e por isso concedeu prazo extra.

“Observo que a CGU tem se mostrado diligente, até o presente momento, no cumprimento das determinações deste Supremo Tribunal Federal para a erradicação de práticas associadas ao designado ‘orçamento secreto’”, disse Dino nas decisões.

Em setembro, o magistrado [havia determinado que a CGU](#) ampliasse a análise sobre as cidades que mais receberam emendas parlamentares do “orçamento secreto”. Segundo ele, a medida permitirá uma melhor compreensão dos efeitos dessa prática.

Dino [pretende levar ao Plenário do STF](#) a análise do crescente valor empenhado nas emendas. O objetivo é decidir se elas ferem o princípio da separação dos poderes.

“Veja, o Supremo não está discutindo montante. Ainda, mas o fará. Pelo menos eu vou propor, em 2025, para que examinemos se isso é compatível com o princípio da separação de poderes”, afirmou o ministro na quarta-feira (30/10), durante evento do IDP, em Brasília.

Valores altos

Os valores são substanciais. Em 2014, foram empenhados R\$ 6,1 bilhões em emendas parlamentares. Em 2020, esse montante passou para R\$ 38 bilhões.

Em 2023, 46% das transferências federais diretas a estados e municípios foram feitas por ordem do Legislativo. Os dados foram expostos pelo senador Randolfe Rodrigues (PT), também no evento do IDP.

“Isso é uma distorção e é nesse sentido o debate que é proposto pelo STF. É um debate mais do que adequado para resgatar princípios que a Constituição Federal traz no artigo 163, de rastreabilidade e transparência. É para colocar o rio diretamente de volta no curso”, disse o parlamentar.

Para Flávio Dino, o Supremo está ainda “um passo atrás”. “Não estamos discutindo montantes. Estamos vendo o cumprimento do devido processo legislativo, que o próprio Congresso Nacional escreveu na Constituição Federal.”

Clique [aqui](#) e [aqui](#) para ler as decisões

ADPF 854

ADI 7.688

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-out-31/dino-estende-prazo-para-cgu-apresentar-dados-sobre-emendas-parlamentares/>

